Galípolo inventa dificuldades para justificar juros estratosféricos

Jeferson Miola

03/12/2025

A cada desempenho virtuoso da economia brasileira, o presidente do Banco Central Gabriel Galípolo inventa uma dificuldade nova –e inexplicável– para justificar a manutenção dos juros estratosféricos por um "período bastante prolongado".



Foto: Wikipedia Commons

Galípolo reveza o repertório de pretextos para justificar a continuidade da política monetária do bolsonarista Roberto Campos Neto, antes considerada pelo governo Lula como de sabotagem do país, e caracterizada pelo **Nobel da Economia Joseph Stiglitz como a decretação da "pena de morte" da economia brasileira**.

Depois de durante meses alarmar *ad nauseam* supostos riscos fiscais do Brasil para manter a SELIC alta, a chamada "desancoragem das expectativas de inflação" ganhou ênfase como "um fator de desconforto comum a todos os membros" do Copom.

Em outubro, porém, quando a inflação ficou muito próxima da meta, ultrapassando a banda superior em apenas 0,18%, Galípolo então inovou, dizendo que "a meta não é a banda superior".

E, para justificar a manutenção dos juros em absurdos 15%, o presidente do BC afirmou que "a determinação legal que recebi foi a meta 3%. E o instrumento que me foi conferido foi a taxa de juros. A obrigação do Banco Central é usar a taxa de juros para perseguir a meta de inflação".

Galípolo sabe que esta meta de 3% é irreal e que foi um equívoco do atual governo mantê-la neste patamar, visto que em 26 anos do sistema de metas, a média anual de inflação no país foi de 6,3%.

Diante desta realidade, seria intelectualmente e tecnicamente mais honesto se o próprio Copom propusesse ao Conselho Monetário Nacional ajustar a meta de inflação para um nível realista, de pelo menos 4% ao ano, como defenderam o professor Luiz Gonzaga Belluzzo e outros renomados economistas na "Carta aberta ao Conselho Monetário Nacional" [15/10/2024].

Os autores daquela Carta entendem que a “meta de 3% está se mostrando disfuncional”, constatação coerente com a percepção do mercado financeiro.

De acordo com a **pesquisa Focus publicada pelo próprio Banco Central em 28 de novembro sobre as expectativas de inflação**, o mercado prevê índices de 4,43% neste ano de 2025 e de 4,17% em 2026 – sempre acima, portanto, do centro da meta de 3% que Galípolo diz ser “a determinação legal” que recebeu de Lula e Haddad.

Apesar desta retrospectiva inflacionária nacional, **Galípolo faz como o pesquisador da aranha**, que chega a conclusões estapafúrdias sobre o fenômeno observado para justificar a política monetária nefasta que prejudica o crescimento econômico.

E agora, com a divulgação do nível de desemprego de 5,8%, o mais baixo da série histórica iniciada em 2012, Galípolo declarou que a economia aquecida, mesmo com inflação controlada, enseja o BC a manter os juros altos – e por um período de tempo “bastante prolongado”.

O aumento da dívida pública em relação ao PIB deverá ser a próxima dificuldade inventada pelo BC para justificar os juros neste patamar “que não se justifica”, segundo o ministro Fernando Haddad.

O detalhe irônico é que o aumento da dívida é causado pelo aumento dos juros, que passaram de 12,25% com Campos Neto para os atuais 15% com Galípolo, representando um **aumento das despesas financeiras do governo em R$ 149 bilhões ao ano**., com impactos negativos também para o equilíbrio fiscal e financiamento de gastos sociais e investimentos públicos.

Jeferson Miola *é analista político.*
Originalmente publicado em seu blog.

Compartilhe nas redes: